

EXCLUSÃO SOCIAL E POBREZA NO ESPAÇO URBANO - O PAPEL DO ESTADO NA SOCIEDADE CAPITALISTA BRASILEIRA: CONTRIBUIÇÕES PARA UM DEBATE

Vandeir Robson da Silva Matias

Mestrando em Geografia pela UFMG

E-mail: vandeirgeo@hotmail.com

RESUMO

O Espaço Urbano merece especial atenção dos estudos em Geografia Humana, principalmente em tempos agressivos de Globalização. Tal espaço configura como palco de lutas e conflitos entre os diferentes agentes e atores que articulam uma gama de informações em busca do controle e manipulação do poder. As articulações que ocorrem no urbano, muitas vezes organizadas pelo Estado, geram injustiças sociais e exclusão.

Palavras-chaves: Espaço urbano, Estado e exclusão.

SOCIAL EXCLUSION AND POORNESS IN THE URBAN SPACE - THE PAPER THE STATE IN THE BRAZILIAN CAPITALIST SOCIETY: CONTRIBUTIONS FOR A DEBATE

ABSTRACT

The urban space deserves attention special the studies in Human Geography, mostly in times aggressive of globalization. Such space configures how stage of struggle and conflicts between the different agents and actors that articulates an range the information in sought the control and manipulation the power. The articulations that occurs in the urban, many organizeds by State, generates social injustices and exclusion.

Key-word: Urban space, State and Exclusion.

INTRODUÇÃO

Observando a história da construção territorial brasileira, podemos dizer seguramente que o processo de exclusão começa desde os primórdios, onde a terra não pertencia a todos e o acesso à cidadania e serviços públicos não

atingia uma parcela significativa da população. Nesse sentido a exclusão social, que apesar de ser um conceito novo na sociedade brasileira, faz-se presente no cotidiano da população e no espaço urbano ao longo das décadas do último século, sendo parte integrante da história brasileira.

Recebido em 29 de julho de 2004

Aceito para publicação em 07/09/2004

O Brasil enquanto um país capitalista, seguiu o modelo de países desenvolvidos. Primeiro passou de uma sociedade agrária para uma sociedade urbano-industrial² com desenvolvimento econômico em várias vertentes. Crises sempre fizeram parte da história contemporânea brasileira, mas o crescimento econômico, em especial o da década de 70, sugeriu uma idéia de prosperidade, demonstrando a impressão que tal crescimento viria acompanhado de ganhos sociais, ou de uma justiça social (HARVEY, 1996).

A realidade é que muito se investiu na economia, o urbano ganhou destaque, contudo a crise urbana aumentou, o que sugere a idéia de um contraste. Talvez o termo “exclusão social” ganhou relevância em alguns estudos principalmente no final dos anos 80 e início dos anos 90, diante dessa crise que se mostrou mais presente no espaço concebido (LEFEBVRE, 1993).

O presente ensaio tem o objetivo de iniciar uma discussão sobre a exclusão

social na sociedade brasileira, definindo qual seria esse sentido de exclusão, acreditando que essa exclusão também é espacial e inserindo questões referentes à cidadania e o papel do Estado diante dessa crise da “modernidade”, e a tentativa de superação da referida crise através de alguns elementos como: os movimentos sociais urbanos, utopia, ideologia e as identidades, tendo como palco para esses acontecimentos o espaço urbano. Não se pretende desenvolver o ensaio, refletindo com o intuito ou idealizando a criação uma nova sociedade como os utópicos do século passado e sim identificar tais processos e seus atores da produção do espaço, à luz de algumas teorias estudadas durante o curso de *Organização do espaço urbano*. É pertinente dizer que não trarei aqui um estudo prático e sim teórico.

Exclusão social e processos espaciais

A sociedade contemporânea vem passando por mudanças significativas sobretudo desde o século XX, que refletem na relação dos homens com o meio em que estão inseridos e dos homens com os próprios homens. Todos esses processos sócio-econômicos e políticos, que impõem uma nova

² Essa mudança na sociedade colocada no ensaio não é somente em relação ao tamanho, densidade e heterogeneidade da cidade, como a escola de Chicago, concordo com Castells quando fala que a organização social não pode ser produzida apenas por mudanças ecológicas. Dentro dessas mudanças estão contempladas formas inseridas a partir do capitalismo liberal.

dinâmica no espaço, estão interligados na sociedade atual, uma vez que sociedade é expressão espacial “determinando” às vezes as relações homem/homem, homem/mundo, homem/natureza, transformando assim o cotidiano dos cidadãos modernos no espaço geográfico.

Quando me refiro a processos que se materializam na sociedade e no espaço, quero dizer que estes são claramente visíveis no cotidiano da população, que entra no século XXI, massificada pelos mesmos processos capitalistas que dominaram o século passado e que agora chegam até nós com uma “nova” embalagem, denominada de globalização, atingindo todos os cidadãos que fazem parte ou não do que se denomina de “aldeia global” ou “sociedade em redes” (CASTELLS, 1999).

As dinâmicas política e econômica que vislumbramos no nosso dia-a-dia, constroem um abismo entre aqueles que possuem a propriedade e os destituídos desta, que acabam cedendo ao sistema como única forma de inclusão, na sociedade atual. Contudo ceder ao sistema não garante a inclusão total dos cidadãos, pois a dinâmica atual baseia-se na inclusão e exclusão de indivíduos

para a manutenção do sistema capitalista, dando a idéia de que todos esses processos que materializam na sociedade são funcionais, o que não é verdade.

Castells (1979) diz que o progresso técnico tem desempenhado um papel essencial na transformação das formas urbanas e sociais, influenciando um novo tipo de atividade de produção de consumo e possibilitando, através do transporte e das formas de comunicação, a superação das distâncias geográficas. As transformações na indústria da construção permitiram a concentração de funções (gestão e troca), em espaços reduzidos e verticalizados. Por outro lado, a uniformização de uma massa crescente da população quanto à posição que ocupam na produção (assalariados) e quanto à sua estratificação econômica segundo o sistema dominante, conduz à segregação social, não em termos de classe mas de status, e por fim a constituição de uma tecnocracia que vela pela conservação dos interesses do sistema em longo prazo.

O autor faz uma análise do subdesenvolvimento entendendo-o como uma das faces de uma mesma estrutura da qual faz parte o desenvolvimento, ou seja,

expansão do modo de produção capitalista, em que diversas formações sociais têm funções diferentes e possuem características peculiares. A análise do subdesenvolvimento é, pois, a análise entre dependência e desenvolvimento, isto é, o estudo da penetração de uma estrutura social por outra.

Castells (1979) contribui para o entendimento do processo de exclusão sócio-espacial, onde notamos cidadãos incluídos e excluídos. O que diferencia o cidadão incluído, pode se dizer privilegiado, de outro excluído e desprivilegiado é o acesso à renda e a serviços básicos de manutenção da vida urbana. Contudo admito que o conceito de exclusão social é carregado de significados, e porque não dizer contra-significados, onde o pesquisador que se utilizar dele estará usando o termo de acordo com o problema de sua pesquisa, mas não se pode esquecer que este tem uma dimensão psico-social já que trata do ressentimento de uma parcela da população que não obtêm aquilo que esta almejando ou reivindicando, como observamos em Dupas (2000):

Isso se reflete no uso do termo em uma multiplicidade de acepções, podendo significar desde estar excluído da possibilidade de garantir a sobrevivência física, até o sentimento

subjetivo de ressentimento por não desfrutar de bens, capacidades e oportunidades que outros indivíduos desfrutam.

Milton Santos (1994) contribuir para as reflexões acerca do processo de exclusão, ao considerar como pobres aqueles que vivem nas cidades mas, que não possuem condições de consumir. Esses, ao deparar-se com essa impossibilidade de consumo, sentem-se excluídos, é quase que um sentimento psico-social de exclusão. O que fica claro que os sentidos de exclusão podem ser múltiplos e a população pobre ou não possui vários anseios, até porque estamos lhe dando com o espaço urbano como aquele lugar de consumo, produção e construção.

Santos (2002:48) ao falar sobre o consumo sugere que :

O consumo é o grande emoliente, produtor ou encorajador de imobilismos. Ele é, também, um veículo de encorajador narcisismos, por meio dos seus estímulos estéticos, morais, sociais; e aparece como o grande fundamentalismo do nosso tempo, porque alcança e envolve toda gente. Por isso, o entendimento do que é o mundo passa pelo consumo e pela competitividade, ambos fundados no mesmo sistema da ideologia. Consumismo e competitividade levam ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão do mundo, convidando, também, a esquecer a oposição fundamental entre a figura do consumidor e a figura do cidadão. É

certo que no Brasil tal oposição é menos sentida, porque em nosso país jamais houve a figura do cidadão.

Santos (2002) completa o raciocínio sugerindo que a pobreza e exclusão aumentaram com a globalização e que os pobres de hoje são excluídos pois antes: *em um mundo onde o consumo ainda não estava largamente difundido, e o dinheiro ainda não constituía um nexos social obrigatório, a pobreza era menos discriminatória.* Daí falar-se de pobres incluídos. Atualmente essa concepção mudou, pois:

Nessa última fase, os pobres não são incluídos nem marginais, eles são excluídos. A divisão do trabalho era, até recentemente, algo mais ou menos espontâneo. Agora não. Hoje, ela obedece a cânones científicos – por isso a consideramos uma divisão do trabalho administrada – e é movida por um mecanismo que traz consigo a produção das dívidas sociais e a disseminação da pobreza numa escala global (p.73).

O que parece é que sempre continuará existindo segregação sócio-espacial, apropriação irregular do território, ampliação da periferia urbana, ruptura da solidariedade, dialética entre integrados e os excluídos e daqueles excluídos dentro dos países integrados.

No espaço urbano nas últimas décadas o número de pobres tem aumentando consideravelmente apesar do grande número de políticas públicas no Brasil.

Ser pobre é participar de uma situação estrutural, com uma posição relativa inferior dentro da sociedade com um todo. (SANTOS, 2002).

O sentido de exclusão social não é recente como nos mostra Konder (1986):

É verdade que, já nos seus primeiros tempos, o liberalismo representado por seus campeões eventualmente pisava na bola. Locke e Kant acharam natural que só os proprietários, os homens que dispunham de bens, tivessem o direito de votar. Os pobres, por serem pobres, não podiam ser eleitores, porque não conseguiriam ser realmente livres e não resistiriam à pressão dos endinheirados, que lhes comprariam o voto.

O termo exclusão social conceitualmente surgiu na Europa em 1990 com o crescimento dos sem-teto, pobreza urbana, desemprego dos imigrantes, dos jovens e outras minorias. Dupas (2000), diz que, se antes a grande preocupação era com as condições de exploração nas quais a inserção se dava, agora ela se transformou na dificuldade de se encontrar formas de inserção, quaisquer que sejam elas, o autor ainda completa a argumentação dizendo que:

Como consequência, as esquerdas, tradicionalmente mais sensíveis às questões sociais, de alguma forma perderam uma de suas principais bandeiras. Se anteriormente elas se concentravam em críticas ao trabalho

fabril nos moldes fordistas-alienante, receptivo, não-criativo mostram-se atualmente, perplexas com a nova natureza do problema: encontrar formas de incorporam os indivíduos a essa mesma forma de trabalho.

No Brasil é muito forte a idéia de definir os excluídos como aqueles sem renda, sem acesso ao mercado de trabalho, o que é limitado pois também podemos considerar como excluídos aqueles que vivem em um contexto onde o acesso a bens e serviços públicos, assim como segurança, justiça social e a cidadania, são negados, ou seja, exclusão não envolve somente problema de acesso ao trabalho e renda como muitos pesquisadores voltados para uma linha mais econômica demonstram, mas também habitação, saneamento, educação e até bens considerados supérfluos como os equipamentos culturais (teatro e cinema).

A idéia contida acima é próxima daquela de Castells quando fala que fundamentalmente a questão urbana refere-se a organização do consumo coletivo, baseado na vida diária de todos os grupos sociais. O consumo refere-se à moradia, educação, cultura, comércio, transportes, etc. são questões fundamentais a serem levadas ao debate sobre o espaço urbano, embora a população demande muito mais que

equipamentos de consumo coletivos.

O conceito de exclusão é reforçado, quando o Estado, que deveria dar garantias sociais à população como um todo nega esse direito, exacerbando o sentimento da população atingida por esse desamparo. Devemos considerar que existe exclusão, pois quando Lefebvre em a *Revolução urbana*, diz que *o espaço urbano torna-se o lugar do encontro das coisas e das pessoas e da troca*, somos instigados a fazer a pergunta de quem possui direito a estar nesse espaço? Quem possui condições de realizar essas trocas? Então podemos perceber que tal acesso a esse espaço de Lefebvre é limitado. E essa limitação leva a uma tensão no espaço da cidade, em função do diferencial de poder entre classes.

Pode-se dizer que a exclusão social tem aumentado ao longo do século XX. Quando os pesquisadores são instigados a dissertar sobre o tema, é praticamente uma declaração de que o espaço urbano encontra-se em crise e a sociedade deveria estar fazendo algo para resolver o problema, e toda essa problemática que se verifica no âmbito mundial, também estará sendo reproduzida no âmbito local. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte não é diferente, os

problemas sociais e urbanos, estão cada vez mais crescentes, o que reflete no nível de vida das pessoas e que ocorre nas grandes metrópoles do Brasil como observamos em Jacob (1986):

“As carências e o quadro de exclusão de parcelas significativas dos moradores da metrópole não se tem articulado sistematicamente para fazer ouvir as suas demandas. Os fatos de caráter episódico, por vezes, têm provocado perplexidade e pânico entre os responsáveis pelo “bem estar da população”. O quadro de miséria dominante, o cotidiano de segregação e vida subalterna dentro da cidade configuram manifestação de como as nossas cidades são o reflexo do abuso do poder autoritário, de como até hoje a administração local não obteve meios financeiros nem vontade política para abordar efetivamente os problemas da população que mora mal, e além disso, a inexistência de um movimento popular urbano forte e organizado, que se manifeste de forma mais contundente face à iniquidade da política social existente, torna muito tênues as relações da população com a noção de cidadania real. O que a grande maioria dos moradores de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belo Horizonte e outras metrópoles brasileiras podem ser denominados de forma explícita como cidadãos-vítimas, vítimas de quase todos os malefícios da urbanização desigual e segregadora, e usuários de muitos poucos benefícios”.

O papel do estado na sociedade capitalista urbana

De acordo do o IVS³, índice de

³ Esse índice foi criado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para o contexto do mapa de exclusão da cidade, foi feito com dados de 1996, que levam em conta onze indicadores intra-urbanos de forma a dimensionar as

vulnerabilidade social, quase a metade da cidade de Belo Horizonte, exatamente 48%, encontra-se dentro de áreas que são consideradas excluídas, o que quer dizer que nessas áreas existem: deficiente distribuição de renda, falta ou ineficiência de serviços intra-urbanos, transporte, saúde, habitação, luz, água, etc. Essas deficiências geram uma precária qualidade de vida, para a população que vive nessas áreas.

Sposati (1987) defende a idéia que o Estado tem um papel preponderante na questão de superação da crise.

O sentimento de desamparo é reforçado pelo fato de o Estado, desde o pós-guerra identificado como guardião das garantias sociais, estar passando por forte reestruturação e rediscutindo essa função, como frisa Marshall Wolfe, aqueles que antes desfrutavam do acesso a bens públicos e a benefícios sociais fornecidos pelo Estado, e os que tinham incorporado às suas expectativas, vêem-se ameaçados nestes direitos, o que por si, só, gera um sentimento de injustiça e de piora das condições de vida.

Essa idéia é próxima daquela contida em Fainstein (1997), quando fala de populismo urbano. O que fica em evidência é que o Estado tem um papel preponderante para todas as questões que lhe dizem respeito e afetam a uma parcela significativa da população em

condições de vida da população residentes nas unidades de planejamento da capital, traçadas no plano diretor de 1995.

qualquer metrópole mundial, contudo Saviani (1986), nos alerta para que a tomada de decisão rumo a superação da crise não seja vista de maneira isolada.

Portanto cumpre não considerar o papel do Estado como sendo apenas o de amenizar conflitos, admitir a expressão de opiniões divergentes, cabe considerar que o principal papel do Estado é o de assumir prioridades claras no sentido dos interesses da coletividade.

O que os autores estão tentando refletir de fato é sobre uma justiça social, uma vez que a crise urbana é uma forma particular da crise mais geral ligada à contradição entre as forças produtivas e as relações de produção que são a base do pilar das sociedades capitalistas. É difícil pensar em justiça social quando observamos em Lojkin (1981: 143) qual seria uma das funções do urbano:

(...) pois que nas novas condições de desenvolvimento do capitalismo, o urbano é um dos lugares decisivos da luta de classes, na medida em que ele "resume" a principal contradição entre a exigência de desenvolvimento do trabalho vivo - e sobretudo seu desenvolvimento intelectual - e a lógica de acumulação do trabalho cristalizado que tende a restringir ao máximo esse desenvolvimento em função de suas necessidades imediatas.

Hernández (2001: 182) refletindo sobre a justiça social e o Estado subcontratado⁴ diz que:

⁴ Entende-se por Estado Subcontratado aquele que como o advento da sociedade em redes

El Estado subcontratado enfrenta problemas estructurales para avanzar en un proceso de mayor justicia y equidad social, así como de profundización de la democracia. La equidad no se puede realizar sin Estado, a no se que una fuerza filantrópica le ecomienda la equidad, cosa que difícilmente sucederá. Para avanzar en la implantación de la justicia social y afianzar la democracia es imprescindible proceder a reconstituir el Estado. De seguir adelante este proceso de subcontratación estatal, corremos el riesgo de descender en la escala de importancia de las tareas encomendadas. De "virreinato" subcontratista podría descender a "capitanía. Necesitamos recuperar la soberanía sobre nuestros asuntos. De lo contrario, nuestros países dejarán de ser tales, transformándose en masas pobres, sin estado ni sociedad.

Como já ficou constatado não há como negar o papel do Estado no capitalismo e na produção do espaço geográfico, embora tal papel (do Estado) em alguns estudos sobre os processos espaciais urbanos e regionais já foi curiosamente negligenciado. Dear, M.:Scott, nos ajudam a entender um pouco melhor o papel do Estado ao proporem, então, a caracterizar os modos de investigação que enfocam a função do Estado como Teorias do Estado no Capitalismo e os modos que enfocam a forma e a função do Estado como Teorias do Estado

exacerbou a perda do caráter nacional, integrador, regulador do território e de seus habitantes, onde os seus aparatos exercem agora funções subcontratadas, sugerindo uma espécie de anti-estado.

capitalista. Assim “*As Teorias do Estado no Capitalismo*” tendem a enfocar análises superficiais das funções do Estado enquanto as Teorias do Estado Capitalista questionam as formas e as funções do Estado uma vez que elas estão baseadas nas especificidades da formação social capitalista. Essas últimas fornecem uma base mais poderosa para uma interrogação fundamental no que diz respeito ao papel do Estado.

Então o papel do Estado é funcional para a manutenção do capitalismo e da sociedade de classes. Nessa perspectiva é importante o papel dos movimentos sociais urbanos de interesse de parte da população que se sente excluída para que sua reivindicação possa se tornar clara e objetiva perante as autoridades competentes de modo a buscar soluções cabíveis para esta, que se encontra à margem do processo de inclusão social-urbana e que passa a partir desse momento ser entendido como um movimento coletivo que tenta a sua inserção na sociedade, como o *Exército Zapatista de Libertação Nacional*, que nasceu no Estado de Chiapas no México. Os movimentos sociais urbanos (*processos de mobilização social com finalidade preestabelecida,*

organizados em um determinado território e visando objetivos urbanos), são de suma importância para o retorno a utopia e ideologia que são condições essenciais para o sucesso de tais movimentos. Na realidade utopia e ideologia devem preceder a criação dos movimentos, pois no período da globalização perversa (SANTOS, 2002), essas duas palavras foram esquecidas. Quando há uma organização desse porte que cobra os seus direitos, é um avanço, embora o fato de haver essa organização ou busca de identidade não garante a chamada inclusão social-urbana, mas representa uma tentativa de superação da crise.

A partir de 1978 se expande a emergência de movimentos populares urbanos que apresentam, como eixo determinante de suas reivindicações, o processo crescente de exclusão dos benefícios da urbanização. Como observa Jacob (1986):

Os movimentos populares têm tornado manifesta uma identidade que se concretiza a partir da construção coletiva de uma noção de direitos, que se relaciona diretamente à ampliação do espaço da cidadania, ao reconhecimento público das suas carências, além de projetar para fora da estrutura com relação aos padrões tradicionais de organização e interação com o estado.

Santos (2002: 133) ao falar da situação

dos pobres excluídos na sociedade global e sua possibilidade de produção do presente e do futuro através de reivindicações diz que:

A desilusão das demandas não satisfeitas, a exemplo do vizinho que prospera, o cotidiano contraditório. Talvez por aí, apenas, o encontro de uns poucos fragmentos, de algumas peças, do puzzle, mas também a dificuldade para entrar no labirinto: falta-lhes o próprio sistema do mundo, do país e do lugar. Mas a semente do entendimento já está plantada e o passo seguinte é o seu florescimento em atitudes de inconformidade e, talvez, rebeldia.

Recorrendo a Castells (1999) quando fala que Identidades: são fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas e construídas por meio de um processo de individuação, embora as identidades também possam ser formadas a partir de instituições dominantes, somente assumem tal condição quanto e se os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização.

O surgimento da sociedade em redes traz à tona os processos de construção da identidade, induzindo assim novas formas de transformação social. Isso ocorre porque a sociedade em rede está fundamentada na disjunção sistêmica entre o local e o global para a maioria dos indivíduos e grupos sociais. Dentro dessa lógica as sociedades civis encolhem-se e são desarticuladas, pois não há mais continuidade entre a lógica da criação de poder na rede global e a

lógica de associação e representação em sociedades e culturas específicas (CASTELLS, 1999:27).

O conceito de identidade é importante nesse momento pois se vislumbra a partir dele uma tentativa resgate da cidadania em virtude da indefinição do papel do Estado nesse início do século. A identidade que mais se adaptaria a tal proposta seria a identidade de projeto definida por Castells que ocorre quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e ao fazê-lo busca a transformação de toda a estrutura social de modo a minimizar as injustiças sociais geradas hoje sobretudo pela inserção das cidades no mundo globalizado.

No “jogo do urbano” ocorre uma luta constante por bens de consumo coletivo, para uma melhor qualidade de vida no espaço urbano, além de outras demandas. Dento desse contexto cabe citar a luta por dignidade, contudo nessa trajetória, encontros e desencontros, vão se formando, transformações vão ocorrendo e outras não como expressa Jacob (1986)

O direito a cidade é algo que apenas

está no horizonte muito longínquo já que isso representa acima de tudo a possibilidade de transformação do cotidiano, de forma que cada habitante e principalmente os mais carentes possam de fato habitar e participar plenamente do espaço que habitam, configurando a conquista de direitos que representam a conquista do espaço, não somente em termos das conquistas materiais, mas, principalmente, na constituição de uma identidade que gradualmente vai quebrando a consciência fragmentária que lhes é imposta pelo sistema político dominante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço urbano é extremamente complexo, uma prova dessa complexidade, são as diversas teorias que surgem tentando explicar a sua dinâmica. É inviável analisar tal espaço a partir uma teoria apenas, o ideal é recorrer a várias delas, para elucidar o debate.

Esse foi o esforço que o presente ensaio tentou fazer ao trabalhar com vários autores e teorias referentes a questões tão pertinentes que fazem parte do nosso dia-a-dia, como: exclusão social, pobreza, Estado, movimentos sociais urbanos e identidades.

No período global, as cidades ganham a função o lugar da produção e formas de organização modificadas, (Harvey,1996). É um período confuso, diante de nova dinâmica territorial. Os cidadãos não

sabem mais a quem recorrer, e talvez não acreditem mais no Estado, não por acreditar que este deveria ser assistencialista, mas por detectar uma falta de definição de papel, o que mostra o caráter conflitante dos nossos tempos. Quem realiza a justiça social?

Os cidadãos continuam sendo cidadãos, mas não sabem ao certo a qual cidade pertencem e nem a quem pertence à cidade (CASTELLS, 1999).

REFERÊNCIAS

CANALE, Jean Suret. As origens do capitalismo. (In) **PERRALUT**, Gilles. O livro Negro do capitalismo. Rio de Janeiro. Ed. Record, 1995.

CASTELLS, Manuel. A questão urbana, Rio de Janeiro: Paz e Terra, itens 1 e 2 da parte II: A ideologia urbana, p. 127-153.

_____. O poder da identidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. Problemas de investigação em sociologia urbana. Lisboa, 1979. p.83-140 (o processo de urbanização: relação histórica entre sociologia e espaço).

DEAR, M.; **SCOTT**, A. (eds) 1981. Urbanization and Urban Planning in Capitalist Societies. New York: Methen

and Co. (capítulo 3)

DUPAS, G. Economia Global e exclusão social, pobreza, emprego e estado- O futuro do capitalismo. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2000.

FAINSTEIN, S. Justice, politics and the creation of urban space, (In) : Merrifield, A. & **SWYNGEDOUW, E.** The urbanization of injustice. New York University Press, p.18-44.

HARVEY, D. Justice, nature and the geography of difference. Cambridge: Balckwell Publishers.1996.

HARVEY, D. The urban process under capitalism. (In) **DEAR, M. E SCOTT, A.** Urbanization and urban planning in capitalist societies. New York, Mthen and Co, 1981. p 91-122.

HERNÁNDEZ, Jorge Rojas. Estados-Nación em el nuevo capitalismo global: confines de la democracia, subcontratación y derechos ciudadanos. (In) **LIMA, M. C.** O lugar da América do Sul na nova ordem mundial. São Paulo. Ed. Cortez, 2001.

JACOBI, Pedro Roberto. Equipamentos de consumo coletivos, demandas sociais, e cidadania (In). **COVRE, Maria.** A cidadania que não temos. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.

KONDER, Leandro. A questão da cidadania na transição democrática. (In).

COVRE, M. A cidadania que não temos. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.

LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte, Ed.UFMG, 1º capítulo.

LOJKINE, J. O estado capitalista e a questão urbana. São Paulo, Martins Fontes. Cap. 2.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: **SANTOS, M. et. Al.** (org), Território- Globalização e fragmentação. São Paulo. Hucitec/ANPUR. 1994.

_____ Por uma outra globalização-do pensamento único à consciência universal.São Paulo, Ed. Record, 2002.

SAVIANI, Demerval. Educação, cidadania e transição democrática. (In).

COVRE, M. A cidadania que não temos. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. Assistência na trajetória das Políticas sociais brasileiras. São Paulo, Ed. Cortez, 1987.